

Educação e lutas políticas na restauração francesa

Terezinha Oliveira

Departamento de Fundamentos de Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brazil.

RESUMO. Este artigo mostra o vínculo entre a situação política das classes na França pós-Napoleão e a posição adotada pelos doutrinários, agrupamento político nascido nessa época, em relação à política e à educação.

Palavras-chave: Revolução Francesa, doutrinários, política, educação.

ABSTRACT. Education and politics in French restoration. This article shows the link between the political situation of the classes in France after Napoleon and the position of the Doctrinaires, political party established in that time, about politics and education.

Key words: French revolution, doctrinaires, politics, education.

Para se entender as propostas educacionais feitas na França, durante a Restauração (1814-1830), é preciso compreender o caráter das lutas políticas travadas a partir de 1815, com a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte.

Após a queda de Napoleão, o rei Luís XVIII foi alçado ao poder pelas forças aliadas. Sua monarquia era distinta daquela do Antigo Regime não apenas porque não se tratava de um herdeiro que recebia o trono por direito de sangue, mas por se tratar de um rei nomeado, que deveria reger segundo a Carta de 1814.¹ Sua ascensão foi vista, inicialmente, como uma oportunidade para a França organizar-se como nação livre e democrática.

No entanto, a derrota de Bonaparte e o retorno da monarquia, longe de trazerem a paz à França, apenas recrudesceram, em seu interior, as lutas políticas. Na verdade, o restabelecimento da monarquia alimentou as esperanças da aristocracia. Alijada da sua antiga condição de classe dominante pela Revolução, a aristocracia via, no retorno da realza, a oportunidade para, se não restabelecer o Antigo Regime, que sabia ser impossível, ao menos retomar, parcialmente, o poder, juntamente com o

restabelecimento de alguns direitos e privilégios. Os aristocratas passaram, em função disso, a tramar. Os setores democráticos, por seu turno, viam no restabelecimento da monarquia uma ameaça à Revolução, como uma possibilidade de volta ao passado. Passaram, pois, a combatê-la, procurando aprofundar o processo revolucionário. A burguesia, ou melhor, uma parte dela, que muito havia conquistado com a Revolução até então, encontrava-se espremida entre essas duas forças políticas. Sua tendência era buscar a conciliação.

Um diálogo que aparece no romance *Memórias de duas jovens esposas*, de Balzac, travado entre uma das personagens-título, chamada Luísa, e seu pai, é por demais elucidativo de como uma parcela da aristocracia, a que desempenhava um grande papel na política, via esse momento histórico. Nesse diálogo, o pai de Luísa solicita-lhe que abra mão da sua parte na herança em favor do irmão, para que este pudesse constituir um morgado, fundamento da aristocracia.

Sabes minha filha, quais são os efeitos mais destruidores da Revolução? ... Ao cortar a cabeça de Luís XVI, a Revolução cortou a cabeça de todos os chefes de família. Hoje não há mais famílias, há somente indivíduos. ... Ao proclamar a igualdade de direitos à sucessão paterna, mataram o espírito de família, criaram o fisco. Prepararam, pois, a fraqueza das superioridades e a força cega da massa (Balzac, 1989: 238).

Segundo o pai de Luísa, a obra de destruição da revolução ainda continuava pelas mãos de homens

¹ A Carta de 1814 ou Carta Constitucional foi outorgada por Luís XVIII quando da Primeira Restauração (julho de 1814). Compromisso entre as aquisições da Revolução e do Império (igualdade civil, organização social e administrativa da França instituída pelo código civil) e o Antigo Regime, com a qual ela fazia as pazes. A Carta instaura, na França, uma monarquia constitucional. O rei escolhia os ministros, os funcionários, dirigia as forças militares e a política exterior e tinha a possibilidade, em virtude do artigo 14, de fazer *regulamentos e ordenanças necessárias para a execução das leis e a segurança do Estado*.

que, criados pela revolução, deveriam ajudar a consolidar o edifício social. A revolução, no entanto, prosseguia sob outra forma, através da lei, da propriedade do solo e nos espíritos. A questão não era, portanto, o retorno dos direitos feudais ou da fidalguia, mas de escolher entre os dois sistemas que disputavam o poder, a democracia e a aristocracia.

A questão do morgadio aparece, assim, no interior das lutas políticas que então se travavam. A reconstituição dessa instituição tinha o fito de, além de atender interesses estreitos da aristocracia, conter a democracia. Aos olhos do pai de Luísa, o qual, no romance, possui uma visão mais abrangente e política, nas condições existentes, a democracia, isto é, a soberania do povo, poderia conduzir à uma nova revolução. A seu ver, o radicalismo do partido representante do povo estava destruindo as instituições pelas quais as relações entre os homens se pautavam. Estavam criando, na massa, uma força incontrolável que os próprios democratas acabariam por não dominar.

O restabelecimento de valores e instituições aristocráticas insere-se, deste modo, no projeto de contrapor-se às tendências democratizantes. O fortalecimento da tendência aristocrática tinha por finalidade estabelecer um contrapeso às da democracia.

A burguesia, classe fundamental para os destinos da nação francesa, por seu turno, necessitava da estabilidade política, para poder desenvolver os seus negócios em paz. Encontrava-se, pois, diante de uma situação extremamente delicada. Caso se inclinasse em direção à aristocracia, abrindo mão das conquistas da revolução, abriria caminho para a reação. Se fizesse o contrário, inclinando-se a favor dos setores democráticos, radicalizaria sua posição, provocando uma nova revolução de conseqüências imprevisíveis.

Por outro lado, nas circunstâncias políticas então existentes na França, nem a burguesia tinha forças suficientes para impor-se como classe dominante nem a nobreza possuía condições para recuperar, ao menos parcialmente, sua antiga situação.² A nobreza, a qual se esforçava para recuperar parte de instituições que não eram mais possíveis de existir, a não ser à custa do desenvolvimento histórico, nada podia fazer senão tramar. A burguesia, por seu turno, comprimida entre a nobreza e os setores radicais do

Terceiro Estado, encontrava-se em uma situação de quase impotência, praticamente sem forças para reivindicar e consolidar os direitos que lhe pertenciam pelas conquistas da Revolução. Na verdade, ambas as classes, a nobreza e a burguesia, achavam-se numa condição de quase impotência para dar uma solução à situação política.

A posição em que se encontrava a burguesia foi descrita por Guizot, através de uma analogia. No curso que ministrou sobre a história da civilização na Europa, ao tratar dos efeitos das insurreições das comunas a partir do século XII, Guizot descreveu a situação em que as comunas se encontravam devido à divisão que existia em seu interior em duas classes. Pressionados pelas camadas populares e pelas tentativas do antigo senhor da comuna para reaver seu poder, os burgueses adquiriram um espírito de timidez e de transigência. Estiveram sempre prontos para conciliar com o rei e com os antigos senhores, a fim de estabelecer uma certa ordem. Não é difícil perceber que pretendeu, com esse comentário, traçar um paralelo entre a situação dos habitantes das comunas dos séculos XII e a vivida pela burguesia francesa durante a Restauração:

(...) a organização interior das comunas reduzia-se à dois elementos muito simples, a assembléia geral dos habitantes e um governo investido de um poder quase arbitrário, (...) A maior parte da população das comunas encontrava-se em um grau de ignorância, de brutalidade, de ferocidade tal que era muito difícil de governar. (...) Rapidamente forma-se nela uma burguesia superior. (...) Logo houve, por toda a parte, um certo número de burgueses ricos e uma população operária mais ou menos numerosa, que, malgrado sua inferioridade, tinha uma grande influência nos negócios da comuna. As comunas encontravam-se então divididas em uma alta burguesia, e uma população sujeita à todos os erros, todos os vícios de uma populaça. A burguesia superior viu-se pressionada entre a prodigiosa dificuldade de governar esta população inferior, e as tentativas contínuas do antigo senhor da comuna que procurava retomar seu poder. Esta era a situação, não apenas da França, mas da Europa, até o século XVI. Esta talvez seja a causa principal que impediu as comunas de assumir, em muitos dos países da Europa, e especialmente na França, toda a importância política que elas poderiam ter tido. Dois espíritos se opõem permanentemente: na população inferior, um espírito democrático cego, desenfreado, feroz; e em conseqüência, na população superior, um espírito de timidez, de transigência, uma excessiva facilidade para conciliar, seja com o rei, seja com os antigos senhores, a fim de restabelecer no interior da comuna alguma ordem, alguma paz. Nem um, nem outro destes espíritos era capaz de fazer as comunas ocuparem um grande lugar no Estado (Guizot, 1838:202-204).

² Quanto à nobreza, é preciso deixar claro que, no seu próprio interior, havia divisões quanto aos caminhos que a sociedade deveria seguir. Existia um setor mais radical, que pretendia resgatar todos os privilégios da sua antiga casta. Outro, conciliador, que desejava manter apenas as instituições aristocráticas que permitissem à sociedade manter-se estruturada.

Para sair dessa difícil situação, para fazer com que as disputas entre classes e partidos ficassem restritas ao âmbito institucional, Guizot conclamou a burguesia e a aristocracia a se reconciliarem. No seu entender, as disputas políticas impediam a sociedade de consolidar-se:

É a rivalidade cega das altas classes sociais que faz malograr, entre nós, as tentativas de um governo livre. Em vez de se unir, seja para se defender do despotismo, seja para fundar e praticar a liberdade, a nobreza e a burguesia permaneceram separadas, desejosas de se excluírem ou se suplantarem, não desejando aceitar, uma, nenhuma igualdade, outra, nenhuma superioridade. A altivez um pouco frívola da nobreza não impediu a burguesia francesa de se elevar e ocupar um lugar no nível superior do Estado. As invejas um pouco pueris da burguesia não impediram a nobreza de conservar as vantagens que dão a notoriedade das famílias e a longa posse de uma posição (Guizot, 1884:IV).

Guizot afirmou então que tanto uma como outra classe deveriam abandonar suas posições radicais e buscar uma conciliação. Uma deveria aceitar as mudanças; a outra, admitir a existência de uma certa hierarquia. A seu ver, somente assim a sociedade ficaria estável e cresceria: *“Em toda sociedade que vive e cresce, há um movimento interior de ascensão e de conquista. Em toda sociedade que permanece, uma certa hierarquia de condições e de postos se estabelece e se perpetua”* (Guizot, 1884: IV-V). Guizot conclui: *“A justiça, o bom senso, o interesse público, o interesse pessoal bem entendido querem que, de uma parte e de outra, se aceite estes fatos naturais da ordem social”* (Guizot, 1884: V).

Deste modo, as duas classes que poderiam dar à nação uma direção, na medida em que estavam mais preocupadas com suas disputas do que com os destinos da nação, estavam entregando a França às revoluções (Guizot, 1821:119). Não estavam desempenhando a função que lhes cabia, qual seja, a de governarem a sociedade, dando-lhe um rumo determinado. É no interior desse quadro que ganham sentido o surgimento e a atuação dos doutrinários.

Ainda que Marx tenha considerado os doutrinários de uma perspectiva crítica e, sob certo aspecto, negativa, não deixa de ser interessante levar em conta sua opinião acerca desse partido. Em sua obra sobre o golpe de Luís Bonaparte, ele observou que os doutrinários estavam entre os verdadeiros intérpretes da sociedade burguesa: *“A sociedade burguesa, com seu sóbrio realismo, havia gerado seus verdadeiros intérpretes e porta-vozes nos Says, Cousins, Royer-Collards, Benjamin Constants e Guizots; seus verdadeiros chefes militares sentavam-se atrás das mesas de trabalho [...]”* (Marx, s/d.:204).

Deste modo, analisar as propostas educacionais dos doutrinários é analisar as propostas dos verdadeiros representantes da burguesia nesse difícil período de consolidação da moderna sociedade, que foi a Restauração.

Algumas idéias dos doutrinários sobre política e educação

Os doutrinários (*Doctrinaires*), partido fundado durante a Restauração, por Pierre Paul Royer-Collard (1763-1845) e François Guizot (1787-1874), opunham-se tanto aos realistas (*ultras*) como aos liberais (ou *independentes*). Essa oposição tinha, no entanto, características bastante determinadas. Como doutrinários pretendiam encerrar o processo revolucionário, opunham-se aos que desejavam aprofundar ainda mais a revolução. Porém, os doutrinários queriam encerrá-la no interior dos seus marcos, ou seja, sem abrir mão das conquistas da Revolução. Eram contrários, por isso, aos que almejavam uma volta, ainda que parcial, ao passado. Tinham, em decorrência, como princípio básico, o desenvolvimento da sociedade a partir do conhecimento, da idéia de civilização. Essa posição constitui a linha mestra da atuação dos doutrinários.

Para uma melhor compreensão desse partido, faz-se necessário destacar alguns aspectos da vida pública de Royer-Collard, para, em seguida, fazer algumas considerações a respeito dos doutrinários. Na verdade, essa divisão é apenas formal. Trata-se do modo que encontramos para melhor expor as questões dos doutrinários, já que as idéias de Royer-Collard confundem-se com as desse partido.

A posição política de Royer-Collard em relação à França era clara. Em primeiro lugar, em hipótese alguma, pretendia o retorno do Antigo Regime, fosse este dissimulado ou declarado. A seu ver, a Revolução Francesa tinha sido mais social que política. Preocupava-se, em virtude disso, em instituir um sistema no qual a nova sociedade, criada pela Revolução, com seus direitos e interesses, pudesse conciliar-se com o que deveria ser mantido do Antigo Regime, particularmente com a realeza. Essa conciliação era uma garantia de paz e autoridade.

Essa transação entre a antiga e a nova sociedade, entretanto, apenas poderia acontecer no terreno das instituições políticas de antemão perfeitamente determinadas e delimitadas. Esta era a substância do seu pensamento político.

A conciliação era bastante delicada. Havia o temor de que, para se opor às tendências democráticas, a França viesse a cair no extremo oposto. Receava-se que a nova sociedade, criada pela

Revolução, por temer novas perturbações, conciliasse com o que restara da antiga, particularmente com a monarquia absolutista.

Royer-Collard, professor e decano, sempre esteve envolvido com questões relativas à educação. Quando da formação do ministério da Restauração, em 1814, propôs reformas no ensino primário. Comentando essas reformas, Gontard afirma que elas tinham como objetivo influenciar na formação da criança. Enquanto a escola tradicional baseava sua educação no binômio autoridade-obediência, a nova proposta educacional pretendia, por seu turno, desenvolver o senso de responsabilidade e de dever nos educandos. Objetivava, através da educação das crianças, exercer influência sobre sua família, seus amigos, enfim, todas as pessoas que faziam parte da sua vida. Era uma proposta que pretendia *regenerar o gênero humano* (Gontard, s/d.: 279-280).

Ainda segundo esse autor, Royer-Collard defendeu a necessidade do ensino público e condenou o monopólio da religião sobre a educação.³ Afirmava que, qualquer que fosse a religião, seria sempre prejudicial à educação estar vinculada a ela. No seu entender, a educação precisava ser livre, e nenhuma religião permitiria isso.

Do mesmo modo que os demais membros do partido, como Guizot e Prosper de Barante, Royer-Collard defendia a idéia de que a filosofia deveria servir para os homens conhecerem a humanidade e, com isso, compreenderem melhor seus problemas. A filosofia não deveria ser, por conseguinte, uma ciência que estivesse apenas dedicada ao conhecimento da verdade. Insistiu que a pior miséria que poderia recair sobre uma nação era sua população ser ignorante. A maior bandeira desse partido era, portanto, o desenvolvimento simultâneo dos indivíduos e da nação.

É dentro desse quadro que devemos entender as propostas de educação dos doutrinários. A educação mais ampla era considerada a partir dessa perspectiva geral de luta contra as tentativas de retorno da monarquia absolutista. Deste modo, defender a opinião de que as instituições escolares deveriam ficar livres da religião e da interferência do Estado era, em última instância, uma posição política em favor da nova sociedade.

A crítica ao fato de as instituições escolares estarem centralizadas nas mãos de Napoleão aparece

com frequência nos escritos do século XIX.⁴ Segundo um panfleto de Lammenais (1782-1854), escritor e pensador francês que não se identificava nem com os princípios dos doutrinários nem com Napoleão, a escola tinha sido a instituição mais atingida pelo despotismo de Napoleão. De acordo com Spuller, Lammenais ousava sustentar que a Universidade, de todas as concepções de Bonaparte, era a mais assustadora para o homem que refletia; era a mais profundamente anti-social. Em uma palavra, era *“a mais digna dele.”* Tratava-se, a seu ver, de um instrumento execrável de uma política que tinha por objetivo a ignorância e a servidão do povo francês. Uma política que, corrompendo seus costumes, deixava apenas a esperança e o gosto da vida da caserna e que quebrava todo o espírito de família, todo o sentimento de honra e virtude nas almas das crianças entregues ao ensino público do deboche e do ateísmo. *“Estudar o gênio de Bonaparte através das instituições que formou, dizia ainda o violento e fanático escritor, é sondar as negras profundezas do crime e buscar a medida da perversidade humana”* (Spuller, 1985:98).

Lammenais não limitou sua crítica ao sistema de ensino implantado por Napoleão, estendendo-a a todas as instituições criadas por ele.

Dentro desse contexto, para Royer-Collard, a educação adquire a condição de instrumento de luta. Por isso, defendeu e apresentou propostas e projetos que buscavam a reforma do ensino.

Sua defesa do ensino público não era, portanto, demagógica. Ao contrário, por trás dela, encontramos um combate ferrenho às instituições que recordassem o Antigo Regime ou às fundadas por Napoleão.

Para Royer-Collard, era preciso que as pessoas tivessem acesso ao conhecimento. A sociedade tinha atingido um grau de desenvolvimento no qual não era mais possível que o conhecimento continuasse sendo privilégio de poucos.

Precisamente por isso que, para ele e os doutrinários, a filosofia tinha assumido um caráter prático, uma verdade para se transformar em algo útil aos homens. Sua concepção de filosofia, com uma finalidade política e social como razão de ser e fim, diferia completamente da pura filosofia, da mais moderna, considerada como a ciência da busca obstinada e paciente da verdade, em qualquer parte onde nossa inteligência pudesse alcançar, e da verdade em si e para si, quaisquer que fossem as conseqüências que dela se tirasse.

Assim, a nova sociedade precisava de um sistema de governo e de instituições que estivessem pautadas

³ O domínio da Igreja sobre a educação na França não foi destruído pelo governo da Restauração. Quando Guizot assumiu o Ministério da Instrução Pública, em outubro de 1832, a educação ainda encontrava-se sob o seu domínio (Theis, 1986: 570).

⁴ Com o auxílio de Guizot, Royer-Collard prepara, em 1814, um projeto de lei que propõe a descentralização das Universidades.

pelo conhecimento e pela razão. Era preciso que todos tivessem acesso à cultura. A filosofia deveria ser um conhecimento que tratasse das questões reais dos homens e não apenas uma abstração. É a partir dessa preocupação que ganha sentido o fato de os doutrinários terem-se voltado para o estudo da história da França.

Royer-Collard afirmava que os homens precisavam conhecer sua história e que a ignorância era sinônimo de miséria, pois, somente ela proporcionaria as condições para manter um povo submetido. Spuller cita um trecho de Royer-Collard onde essa posição política está bastante explícita. Esse autor afirma existirem pessoas que acreditavam que a ignorância era boa, já que dispunha as classes inferiores no respeito e na submissão, o que tornava mais fácil governá-las. Em uma palavra, acreditavam que a ignorância era um princípio de ordem:

Quando ouço estas coisas ou as leio, confesso que fico tentado a perguntar se existem duas espécies humanas [...] Mas interpreto de outra maneira a questão. Tudo pertence à composição e ao estado das sociedades. Queiram refletir sobre isso. O bem estar conduz à instrução; a ignorância é companheira da miséria. Para que um povo seja ignorante, é necessário que seja miserável, e para o embrutecer, é necessário empobrece-lo (Spuller, 1985:109).

Ainda segundo Spuller, a direita pulava de cólera ao ouvir essas palavras, ao passo que a esquerda aplaudia. Acrescenta que, em 1819, Royer-Collard dizia: “*Um país que desfruta da liberdade política coloca suas escolas na categoria de suas instituições. As escolas públicas pertencem ao Estado*” (Spuller, 1985:110).

Essa passagem deixa patente o espírito do fundador dos doutrinários. Nenhuma nação que acreditasse que a submissão do povo às instituições estava baseada na sua ignorância poderia ser considerada uma nação politicamente livre. Liberdade política e educação eram inseparáveis.

Para que uma nação pudesse desenvolver livremente suas instituições políticas, era necessário que o povo fosse instruído e que as escolas fossem instituições livres.

Eis, portanto, os princípios defendidos por Royer-Collard. Em primeiro lugar, era preciso que o sistema de governo da Restauração permitisse aos homens o acesso à educação, já que esta era a única maneira de estabelecer um governo livre. Além disso, era necessário que o próprio governo estivesse baseado no conhecimento, na razão. Em decorrência desses princípios que defendiam, os doutrinários eram denominados de *partido dos intelectuais*.

O próprio Guizot, ao comentar uma nota acerca do seu amigo Prosper de Barante, explicitou o

caráter desse partido. Afirmou que, na França, fazia um século que tanto os partidos como os indivíduos estavam expostos às variações, concepções e perturbações inauditas, tanto no pensamento como na conduta. Acrescentou que as decepções dos franceses tinham se igualado às suas pretensões e que as deserções tinham ultrapassado as temeridades. Ressaltou, então, que nunca um grande espetáculo estivera tão misturado às mais funestas e tristes cenas. Entretanto,

Sob todos os regimes e fora de todos os partidos, sempre existiu um partido do bom senso e do senso moral, um partido de pessoas honestas e de espírito moderado, querendo o respeito de todos os distintos direitos e o desenvolvimento, ao mesmo tempo livre e regular, de todas as forças sadias da humanidade: um partido incessantemente ferido, enganado, perdido, derrotado e vencido na aparência, mas sempre se mantendo e renascendo, malgrado seus erros e reveses, suas desilusões e desencorajamentos; tímido e inquieto, mas verdadeiro e perseverante representante do desejo nacional e da boa causa em meio dos problemas e tempestades da civilização contemporânea (Spuller, 1985: 134).

A seu ver, o partido dos doutrinários era o do bom senso e o dos espíritos moderados. Era aquele que tinha por objetivo defender os interesses da nação nas suas mais íntimas necessidades, ou seja, os interesses diretamente vinculados ao desenvolvimento dos cidadãos e da nação.

Dessa maneira, na França dividida entre radicais da Revolução e restauradores do Antigo Regime, os doutrinários pretendiam colocar acima de tudo os interesses da pátria. Queriam que todos esquecessem as disputas e pensassem na nação. No entender deles, era necessário pensar na fundação de uma nova França.

Nesse sentido, os doutrinários representaram, por suas posições e reivindicações, um partido muito especial. Sua singularidade não se restringia, contudo, às diferenças em relação aos demais partidos, mas também se devia ao fato de ser formado por intelectuais. Os maiores quadros teóricos da burguesia do início do século XIX encontravam-se em suas fileiras.

Educadores e senhores da opinião pública trouxeram para o debate político as questões gerais da sociedade. Estavam preocupados em doutrinarem as pessoas, em interferir positivamente nos destinos da nação. Em virtude disso, influenciaram sobremaneira os espíritos da sua época.

Embora Spuller critique esse caráter eminentemente abstrato dos doutrinários, seu quase desprezo pelos fatos particulares e sua profunda valorização dos fatos gerais, lembramos que foram

estas características que lhes permitiram servirem-se da história, como instrumento de luta contra as pretensões dos partidos radicais, ou seja, dos nobres e dos partidários da continuidade da Revolução Francesa.

Outro aspecto dos doutrinários igualmente criticado por Spuller é o fato de esse partido ser identificado como defensor da realeza e não da democracia. Entretanto, devemos salientar que os doutrinários não defenderam uma monarquia nos moldes dos realistas de nascimento, mas uma monarquia constitucional onde o rei desempenhava um papel importante. Assim, partidários da Carta de 1814 afirmavam que o rei governava e não se contentava apenas de reinar. A frase que resumia suas idéias e que se tornou famosa era: “*Le trône n'est pas un fauteuil vide*” [“O trono não é uma poltrona vazia”].

Apesar das críticas de Spuller, fica claro que os doutrinários não defenderam, pura e simplesmente, a monarquia, mas, sim, uma nova forma de monarquia, distinta da que tinha existido no Antigo Regime. Para eles, o governo da Restauração deveria assegurar a liberdade e garantir o cumprimento da Carta de 1814, que referendava as vitórias alcançadas pela Revolução de 1789, particularmente, a abolição dos direitos e privilégios da nobreza. Assim, a monarquia defendida pelos doutrinários não se assemelhava à absolutista do Antigo Regime, porque deveria ser regida por uma constituição. Por isso, entenderam que o rei não poderia estar vinculado a nenhum outro interesse - ou partido - que não fosse o da nação.

Para os doutrinários, especialmente para Guizot, qualquer sistema de governo que não o constitucional - o de um grupo de pessoas que zelasse pelos interesses e destinos da nação e dos seus membros - estabeleceria, necessariamente, um sistema despótico, de uma pessoa, como na monarquia absolutista, ou do povo, como na democracia.

Como podemos verificar, os doutrinários desempenharam um papel decisivo nas lutas políticas da França pós-Napoleão, adotando uma postura bastante consciente das necessidades e exigências da época. Era preciso, de fato, uma atuação política bastante madura e reflexiva, para saber deter o processo revolucionário, já que sua manutenção implicava em comprometer a própria revolução e, ao mesmo tempo, sem descartar suas conquistas. Sob esse aspecto, as idéias dos doutrinários acerca da educação estavam coerentes com seus objetivos políticos. Separar a educação da religião e estendê-la a um maior número de pessoas era o ponto de partida para uma educação voltada para a democracia. Era exatamente isso que pretendiam os doutrinários.

Referências bibliográficas

- Balzac, H. Memórias de duas jovens esposas. In: *A comédia humana*. São Paulo: Globo, 1989.
- Gontard, M.L. *L'Enseignement primaire en France, de la Révolution à la loi Guizot (1789-1830)*. Paris: Société d'Éditions, [19--].
- Guizot, F. *Des moyens de gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France*. Paris: Librairie Française de Ladvocat, 1821.
- Guizot, F. *Histoire général de la civilisation en Europe, depuis de la chute de l'Empire Romain jusqu'à la Révolution Française*. Bruxelles: Langlet, 1838.
- Guizot, F. *Histoire de la civilisation en France, depuis de la chute de l'Empire Romain*. Paris: Didier Émile-Perrin, 1884.
- Marx, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: Marx, K.; Engels, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [19--].
- Spuller, E. *Royer-collard*. Paris: Hachette, 1985.
- Theis, S.L. Guizot et les institutions de memoire. In: Nora, P. (Org.) *Les lieux de memoire*. Paris: Gallimard, 1986.

Received on November 23, 1999.

Accepted on February 29, 2000.